

PETIÇÃO Nº 12.630 - MS (2019/0080884-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : DELMA ALVES FERREIRA
ADVOGADO : RENATA BERG VILLAS BOAS - MS019946
REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial *pendente de juízo de admissibilidade na origem*, deduzido por **DELMA ALVES FERREIRA**, com amparo no artigo 1.029, § 5º, inciso III, do CPC/15.

A fim de demonstrar a plausibilidade do direito invocado - *fumus boni iuris* - e a possibilidade de êxito do recurso, sustenta ter demonstrado a contrariedade ao dispositivo de lei invocado no apelo nobre, visto que a requerente é portadora de *triparesia*, necessitando do veículo para ter acesso aos tratamentos de saúde para "minimizar as dores causadas pela perda parcial de três de seus membros" (fls. 5-6, e-STJ).

Por sua vez, aduz presente o *periculum in mora*, porquanto a parte adversa/exequente requereu a realização de hasta pública para a venda do veículo.

Pugna, por fim, pela concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto, até o julgamento definitivo por este Tribunal Superior.

É o relatório.

Decido.

O pedido de tutela provisória não merece ser conhecido.

1. Inicialmente, destaca-se que a competência do Superior Tribunal de Justiça, para conhecer de pedido de tutela provisória em recurso especial, **somente se instaura após o exercício do juízo de admissibilidade pelo Tribunal de origem**, conforme regra inserta no art. 1.029, III, do CPC/15, *in verbis*:

Art. 1.029 - [...] § 5º. O *pedido de concessão de efeito suspensivo* a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I - ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III - ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037.

A referida orientação normativa é adotada pela jurisprudência desta Corte Superior, orientada no sentido de que a competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar requerimentos de tutela provisória **somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial**.

A título ilustrativo, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL.

PENDÊNCIA DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DE POSSE. LIMINAR INDEFERIDA. POSSE INJUSTA. INVASÃO DO IMÓVEL PELOS ORAS AGRAVANTES. CIRCUNSTÂNCIA APURADA PELO TRIBUNAL 'A QUO'. TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Competência do Tribunal de origem para apreciar pedido de tutela provisória referente a recurso especial pendente de admissibilidade, 'ex vi' do art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015. 2. Inocorrência de teratologia no acórdão recorrido. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no TP 41/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO. PENDÊNCIA. INCOMPETÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a previsão expressa do art. 1.029, § 5º, do CPC/2015, a competência do STJ para apreciar requerimentos de tutela provisória somente se inicia após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso especial. 2. No caso concreto, o recurso nem sequer foi interposto, a evidenciar a incompetência do STJ para examinar o pedido. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento. (EDcl no TP 95/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017) [grifou-se]

Na hipótese, denota-se que o recurso especial fora interposto em 17/03/2019 (fl. 14, e-STJ) e ainda **está pendente o juízo de admissibilidade na origem**, ante a concessão de prazo para a parte adversa apresentar contrarrazões.

Verifica-se, no caso, a ausência de qualquer forma de abertura ou instauração da competência recursal do Superior Tribunal de Justiça, essencialmente vinculada a existência de reclamo constitucionalmente previsto, restando carente a demonstração de qualquer circunstância hábil a ensejar o afastamento da regra acima explicitada.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 288 do RISTJ c/c artigo 1.029, § 5º, do CPC/15, **indefiro liminarmente** a pretensão deduzida por meio da presente petição.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator